



O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CREAS

BRUNA MELLO DA FONSECA

Resumo: O presente projeto tem como objetivo investigar os efeitos da violência de gênero, sobretudo no que tange as violências cometidas contra a mulher e as repercussões destas violências na família. Partindo da escuta psicanalítica do singular e subjetivo, este trabalho busca problematizar a recorrência da violência de gênero enquanto um fenômeno social, a fim de compreender os efeitos subjetivantes e os discursos que produzem e legitimam tais violências. A metodologia adotada para esta pesquisa parte do método psicanalítico de investigação. Dessa forma, este trabalho inicia da revisão bibliográfica deste tema a partir da psicanálise e dos estudos feministas e é tensionada através de um relato de experiência vivida em atendimento familiar no PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) do dispositivo CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) em uma cidade do litoral de Santa Catarina. Ressalta-se que para tanto aspectos éticos foram preservados, de modo a garantir o sigilo que é próprio ao método psicanalítico e também próprio as escutas psicológicas feitas em equipamentos públicos. É mediante a leitura e exercício do atendimento oferecido como exemplo, vivenciado através desta política pública de assistência social, que poderemos debater e elucidar o lugar atribuído à mulher na atualidade de nosso país e compreender a ocorrência de tantas práticas de violência e subalternização. Poderemos, dessa forma também, expandir o horizonte para a lapidação e construção desta e de novas políticas públicas que se ocupem da garantia de direitos e proteção de mulheres e suas famílias de modo a interromper os ciclos de violência e sua frequência.

Palavras-chave: violência de gênero; psicanálise; CREAS.

1 INTRODUÇÃO

A escuta clínica convoca-nos a prestar atenção nas violências sofridas pelas mulheres que chegam para que as escutemos. Vivem relacionamentos abusivos, são diminuídas nos ambientes de trabalho, sofrem agressões físicas e psicológicas, são abusadas em sua condição de ser, submetidas à condição de objeto, o que produz em si um excesso de sofrimento. Para além das quatro paredes do consultório, o fenômeno da violência de gênero é marcadamente encontrado nos serviços públicos de saúde e assistência social. Além de apresentarem um importante marcador social, que tangencia aspectos como as vulnerabilidades sociais, a alta incidência de violência de gênero denota um fenômeno de massa, que não pode ser descolado dos efeitos da contemporaneidade sobre as constituições subjetivas, e que lança o questionamento sobre que sujeitos estamos formando e como a feminilidade vem sendo atacada por estes. O que representa socialmente o feminino no século XXI em nosso país e que é constantemente atacado, violado, silenciado?

A escuta psicanalítica, que nos permite pensar acerca do padecimento subjetivo e particular, tenciona também o contexto social em que tais expressões de sofrimento se apresentam. Não à toa surgem as hísticas na era vitoriana, uma vez que denunciam

socialmente a marginalização da sexualidade feminina.

A partir disto, cabe questionar o que dizem os inúmeros casos de mulheres que buscam espaços de escuta para (também e não só) compartilhar os efeitos das violências sofridas. Para além de fazer uma leitura do caso em sua individualidade e sua especificidade subjetiva, a frequência com que este tema aparece nos consultórios e nos serviços públicos confirma um sintoma do laço social. Entende-se, assim, que o sintoma particular nunca está completamente dissociado das expressões da cultura, o que permite perceber que cada contexto irá produzir manifestações diferentes que revelarão o lugar do sujeito, o seu posicionamento frente à demanda do cenário que o atravessa. Assim, concebe-se o sujeito como parte do meio que o forma. Produto e produtor. Produto e produtor de qual mal-estar?

Freud ao longo de sua obra sinaliza o enigma que é a feminilidade. Empreende suas pesquisas analisando a constituição da mulher em oposição, em contraste com a do homem, partindo do masculino para entender o que falta ou o que difere no feminino. Em sua conferência sobre a Feminilidade (1933/1996), Freud trabalha os conceitos de atividade e passividade e sugere que “devemos nos acautelar neste ponto, para não subestimar a influência dos costumes sociais que, de forma semelhante, compelem as mulheres a uma situação passiva” (p. 116) Assim, Freud frisa a ideia de que aspectos sociais possam ter influência frente à constituição psíquica das mulheres bem como frente às expressões de sua sexualidade. Ao longo da conferência, entretanto, o próprio Freud esbarra nos entraves de sua época, uma vez que vai elaborando as diferenças existentes entre homens e mulheres partindo da anatomia para só então chegar as reflexões que alcancem o campo do trabalho psíquico. O que se nota é que Freud parte da lógica falocêntrica, calça sua teoria nos conflitos vivido no contexto da era vitoriana, e assim apresenta o duplo trabalho feito pela menina no seu devir a ser mulher. Marca que a menina abandona o clitóris como fonte de prazer e desloca para a vagina, bem como sinaliza a mudança na escolha de objeto amoroso, da mãe para o pai. Por fim, Freud então sustenta que tornar-se mulher é uma tarefa árdua. Podemos considerar que Freud não conseguiu fugir do culto ao falo ou mesmo fazer uma saída efetiva da lógica machista e patriarcal que vivia. Sem dúvida que o vir a tornar-se mulher é psiquicamente demandante, mas não pelo prisma da falta do falo, mas por tudo aquilo que se desdobra da construção subjetiva e do que cada mulher irá compreender como desejo e completude na sua gama de fantasias. Quando indica a realização do desejo feminino no falo e na sequência em um filho, Freud reproduz uma leitura social sobre o lugar e o alcance dos possíveis desejos de uma mulher, cerceado, claramente, pelos costumes de sua época. Contradição: ao mesmo tempo em que dá voz as mulheres, as escuta indissociado de seus ouvidos masculinos.

Partindo destes pressupostos e trazendo-os para a atualidade, analisam-se os aspectos da feminilidade que estão sendo atacados, bem como se indaga acerca do que é a violência de gênero e o que significa seu aumento na cultura contemporânea. Faz-se necessário problematizar: a cultura atual denuncia mais casos, as mulheres conquistam sua voz ou justamente tenta-se cada vez mais oprimir, silenciar e violar as mulheres? Que lugar ocupam para se tornarem uma ameaça passível de agressão? O que isto diz do lugar do homem na nossa sociedade? O que diz das políticas vigentes e da forma como se relacionam e nomeiam o feminino?

2 MATERIAL E MÉTODOS

O que vemos nos tempos atuais é uma espécie de repúdio ao feminino e suas representações sociais. Diariamente mulheres são violentadas, assassinadas, interrompidas em sua condição de ser e isso diz algo sobre a cultura vigente. Freud concebe a feminilidade como o continente negro. Com o empoderamento feminino, advindo das lutas pelos direitos das mulheres, pela igualdade, pelos movimentos feministas, falamos de uma mulher posicionada em outro lugar. Mais que isso, falamos da mulher em movimento: inúmeras foram

as conquistas femininas nas últimas décadas: foram ao mercado de trabalho, puderam votar, conquistaram seu direito de ir e vir, de ter ou não ter filhos, de ter ou não relacionamentos. Quiseram e tiveram mais que um falo. O obscuro, contudo, é que paralelo a tais transformações históricas há um aumento no número de casos de violência para com as mulheres. Que representa o continente feminino para o homem do século XXI? Que representa o “obscurantismo da mulher”, a sua complexidade, para a sociedade contemporânea?

Calligaris (2019) considera que a identidade de gênero está diretamente atrelada a construção cultural ocorrida em decorrência dos movimentos dos direitos civis. Aponta que não se trata de identidades estanques, mas sim de processos e contornos necessários aos movimentos feminista e LGBTQ+ enquanto identidades de defesa. De acordo com Calligaris (2019), “se lutamos contra uma sociedade, vamos dizer provisoriamente machista, paternalista, falocêntrica, então nós temos que primeiro construir uma identidade feminina na qual acreditar.” (p. 12) Partindo das noções propostas por Calligaris podemos levantar uma questão: defender-se do que/de quem?

Seguindo esta direção, Lourdes Maria Bandeira (2019), colaboradora do livro 'Pensamento Feminista Brasileiro', expõe que a correlação da violência com a condição de gênero originou-se sob a inspiração das questões e reivindicações do movimento feminista, que denunciaram a assimetria de poder entre homens e mulheres e que evidenciaram de forma contundente as violências infligidas às mulheres em virtude dessa disparidade. Não se trata de uma perspectiva vitimizadora, mas sim de uma apreciação histórica que mostra o lugar submetido da mulher em relação ao homem. Com a atuação da militância feminista, novas políticas públicas são criadas para combater esta questão. Cria-se a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, o acolhimento em Serviços de Saúde e a lei Maria da Penha com o intuito de legitimar a ocorrência de tais crimes bem como garantir uma lei que assegure os direitos da mulher.

Ainda que com a criação de novas leis e assistência a mulher, observamos um crescimento significativo nos casos não apenas de violência como de feminicídio. Segundo o site Dossiê Violência contra as Mulheres (2015),

“o feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante.”

Este mesmo Dossiê (2015) afirma que uma em cada cinco mulheres afirma já ter sofrido alguma vez “algum tipo de violência de parte de algum homem, conhecido ou desconhecido”. Com números alarmantes, torna-se imperativo trazer a violência contra a mulher para o debate público. De acordo com Bandeira (2019) o desafio na luta contra a violência de gênero é de natureza interacionista, que está enraizado em relações sociais devido às transformações ocorridas no processo de modernização, que levaram a novos direitos e conquistas individuais, e ao mesmo tempo versa sobre conflitos intra e interpessoais pertencentes à singularidade das pessoas.

3 RELATO DE EXPERIÊNCIA

Notável é a procura nos últimos anos por espaços de fala que se proponham a escutar e

debater os aspectos da violência de gênero. Dos divãs aos equipamentos públicos, as experiências de violência contra mulher vêm pedindo resignificação. O aumento nos encaminhamentos que chegam demonstra que mais mulheres vem buscando espaços para ir nomeando o que viveram e sofreram em seus relacionamentos abusivos. Muitas chegam extremamente marcadas pela violência, seja no sentido figurado ou mesmo literal. Envergonhadas, compartilham pouco a pouco o ciclo das violações sofridas e assim vão podendo dar contorno as suas dores.

De acordo com Paula e Paiva (2015), “a psicanálise enquanto método de tratamento associa-se tradicionalmente a análise individual. No entanto, não é exclusivamente direcionada ao consultório particular e podemos afirmar que existem possibilidades da psicanálise aplicada a instituições públicas.” (p. 45) O CREAS, enquanto dispositivo da política pública do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), ocupa-se de atender pessoas e famílias que estão em situação de risco social ou que já tiveram seus direitos violados. Sendo este um equipamento da média complexidade, o que se acompanha através deste equipamento é a elaboração e resolução de violências já ocorridas, trabalhando, por conseguinte, o fortalecimento de vínculos e rompimento da violação de direitos.

No que se refere a experiência de escuta no CREAS, observa-se que durante acompanhamento familiar no serviço PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) diversos casos que chegavam até o equipamento traziam esta temática. Encaminhados por diversos setores como escolas, Conselho Tutelar, Ministério Público, equipamentos da saúde e da assistência social, observávamos que as demandas não fugiam ao demonstrado na clínica psicanalítica em consultório. Pode-se notar que em muitas famílias o ciclo da violência contra mulher apontava para o fenômeno da transgeracionalidade, tratando-se de uma prática histórica que acompanha gerações, entendida como um “hábito doméstico”, como uma resolução das conflituosas no campo das intimidades. Desmistificar tais “hábitos” e ir podendo transformar estes significantes junto às mulheres é um dos maiores desafios do acompanhamento familiar. Objetiva-se através da escuta acolhedora, não moralista e sem julgamentos, oferecer a estas mulheres a possibilidade de resignificação e renomeação do que viveram, sendo este o primeiro passo para a quebra do ciclo da violência. Neste sentido, poder falar e – sobretudo - se escutar permitia a estas mulheres legitimarem que haviam sofrido violência e, por conseguinte, pensar em estratégias de enfrentamento. Impossível descolar deste processo os inúmeros efeitos emocionais gerados pela constatação da violência, por aquilo que reverbera internamente em cada uma.

A título de ilustração, trago um exemplo acompanhado no CREAS, no qual a família foi encaminhada pela escola, que atentamente percebeu que o menino de 6 anos tinha comportamentos demasiado agressivos para com as colegas meninas e professoras. Através do sensível olhar da professora, foi percebido no discurso do menino falas que objetificavam as colegas meninas, que as diminuía. Como exemplo, a professora percebia na fala de Miguel frases como “pega tu que tu é mulher” (sic), “é melhor tu me dar isso senão eu te bato” (sic) e que chamava as coleguinhas de “vagabunda” (sic) quando as brincadeiras não saiam como queria. Detalhes que poderiam não ser notados em meio a agitada rotina escolar e que poderiam ter sido diminuídos como brincadeiras infantis. Assim sendo, a mãe foi chamada a escola e em meio a conversa sobre os comportamentos do filho, pode compreender que este estava repetindo a forma de agir do genitor, que reproduzia comportamentos que lhes eram caseiros e familiares. Revelado, então, que o genitor costumava agredir física e emocionalmente a mulher, esta família foi encaminhada ao serviço PAEFI. Ao escutar Cátia (nome fictício) vê-se que seu filho, Miguel (nome fictício), estava exposto a inúmeras violações e que seu comportamento na escola operava enquanto uma denúncia. Cátia era constantemente humilhada pelo companheiro, domesticada e obrigada a responder a todas as demandas da casa e cumprir com a parentalidade sozinha. Em diversas ocasiões, apanhou do marido na

frente do filho por não ter passado roupa de forma “correta”, por não ter esperado com a comida pronta, por não ter deixado o marido olhar seu celular. Cátia, muito resistente a nomear as violações sofridas, inicialmente justifica que “em geral ele é um homem bom” (sic), assim como assume as responsabilidades das agressões para si, “eu havia provocado, eu sabia que ele estava estressado e não deixei isso pra lá” (sic). Dessa mesma forma, a narrativa de Cátia demonstrava preocupação com o que aconteceria com o esposo frente ao que estava compartilhando com a equipe. Evidenciava-se muita culpa e medo. Por esta razão, faz-se importante que a escuta seja acolhedora, que seja um lugar de reflexão e não de inquisição, de investigação. Cátia não poderia compreender o ciclo da violência se a ela fossem apontados dedos e se fosse culpabilizada pela relação abusiva que vivia. Além da autoimplicação, Cátia também fazia referência a sua família de origem, entendendo que o pai também agia assim com sua mãe, que cresceu vendo isso e emociona-se desejando que com Miguel as coisas pudessem ser diferentes, ainda que não saiba como. Ter sido chamada pela escola de Miguel e, conseqüentemente, direcionada ao CREAS foi um abrir de olhos para Cátia, que não via saída para si, mas que através do filho dispunha-se a pensar em como romper com esta situação. Ainda que aqui este relato venha através de um recorte, cabe salientar que foram diversos encontros, com altos e baixos de compreensão e resistência, desejo de aproximação e rechaço, que fizeram com que Cátia pouco a pouco pudesse confiar na equipe e legitimar as violências. A cada encontro Cátia trazia novos exemplos de situações vividas no casamento e ia podendo dar novos entendimentos do que se passou. Foi um período de intenso sofrimento. Muito preocupada com o desamparo que vivia, Cátia pode encontrar nas irmãs e nos serviços da rede de saúde e assistência social amparo para sair de casa e iniciar um novo capítulo de sua vida. Ressalta-se que ainda há muito trabalho a fazer.

Neste mesmo horizonte, tais reflexões tornaram-se ainda mais urgentes frente à Pandemia Covid-19, uma vez que uma de suas consequências mais visíveis foi o aumento da violência doméstica, principalmente a dirigida às mulheres, até mesmo com uma significativa intensificação nos índices de feminicídio. Em matéria publicada pelo portal O Globo em maio de 2020, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) informa que desde março de 2020, quando teve início a quarentena no Brasil, houve um aumento de mais de 50% no número de denúncias de violência doméstica. (Mazzi, 2020) Uma compreensão possível a esta ocorrência é que uma vez em casa, uma vez com a mulher em condição de *home office* ou mesmo frente ao desemprego, ela está mais sujeita à ameaça da violência, contribuída pelo aumento da tensão, pelo maior convívio e exposição ao possível abusador e mesmo frente ao isolamento que a distancia de amigos e familiares. Nesse sentido, notamos que a representação que se tem acerca do feminino na contemporaneidade enquanto sujeitos que estavam conquistando seu espaço próprio e bancando seus desejos estava conflitando com o que se esperava de seu “papel”, dessa forma muitos homens se sentem autorizados a atacar, uma vez que se sentem diretamente confrontados pelas novas representações do feminino.

De acordo com Contardo Calligaris, em seu diálogo com Maria Homem no livro *Coisa de Menina?* (2019), “a nossa cultura não é fundada apenas no domínio sobre as mulheres, mas no ódio pelas mulheres” (p. 15) Calligaris segue propondo que para além de ser machista, a cultura ocidental é misógina. Entende que isso se dá uma vez que a mulher é tida como objeto persecutório pelo homem e a cada vez que tem seu desejo reconhecido como legítimo isso impõe aos homens a possibilidade de não conseguir satisfazê-lo ou mesmo ampliam o circuito de satisfação feminino, considerando que as mulheres, portanto, possam se realizar por elas mesmas. Dessa forma, reconhecer o desejo feminino seria dizer que estas prescindem de um homem, aí estando a ameaça e o ódio enquanto resposta. Maria Homem dá sequência a conversa com Calligaris observando a angústia fálica diante da constatação do desejo sexual próprio feminino. Pela mesma via, referem a ameaça que é a manifestação do pensamento feminino. (2019, p. 20) Nesse sentido, o incômodo frente a expressão da mulher enquanto sujeito pensante

e desejante nos revela que aos homens é desejável a alienação destas perante a serem sujeitos de alteridade. Que o silenciamento via violência revela o quão cômodo e desejável é aos homens que siga existindo enquanto objeto do seu desejo, pois é mediante a esta alienação que podem seguir a manutenção do seu lugar fálico, hoje tão ameaçado pela potência feminina.

Scarpato e Polo (2008) relembram que Freud já indagava em “Caminhos da terapêutica psicanalítica” (1918) sobre as responsabilidades do Estado frente as vulnerabilidades sociais e de que forma a psicanálise operaria nestes contextos. Freud assinalou, a partir deste escrito, as dificuldades e vicissitudes que compreendia que poderiam ser entraves a prática psicanalítica frente a precariedade do acesso aos direitos básicos e primordiais. Entendendo tais adversidades, diversos são os psicanalistas implicados em problematizar e, mais, viabilizar tais escutas e espaços, ainda que sem destituir o Estado daquilo que é sua responsabilidade para com os cidadãos. Assim sendo, entende-se o compromisso ético da psicanálise: não de modo a aplicá-la ao social, mas legitimando que aquilo surge do subjetivo é indissociável as constelações sociais e vice-versa. Assim sendo, a psicanálise possui importante repertório de investigação e pesquisa clínica para compreender o fenômeno da violência de gênero através da escuta do singular e também do coletivo.

Discursos misóginos e patriarcais não passam despercebidos. São como uma autorização a diminuição do feminino, ao não reconhecimento da mulher como sujeito de valor. E, a partir de falas como essas, temos uma sociedade que pouco pune ou fiscaliza o que acontece dentro das casas dos brasileiros. A máxima “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, dito tão conhecido entre nossa população, corrobora que tais violências continuem e que não se possa impedi-las por estarmos de “fora”. Desta maneira, o silenciamento mata e, por sermos todos seres sociopolíticos, absorvemos tais discursos e, ainda que indiretamente, perpetuamos a violência de gênero. Ao não “metermos a colher”, condicionamos muitas mulheres a um sofrimento indizível, não reconhecido, o que faz com que muitas ainda não se autorizem a denunciar os maus tratos sofridos ou mesmo que, frente à denúncia, haja pouca mobilização tanto da sociedade civil quanto do Estado. Somos, portanto, parte silenciosa da agressão.

Nesta direção, Bandeira (2019) traz que a “violência ocorre motivada pelas expressões de desigualdade baseadas na condição de sexo, a qual começa no universo familiar, em que as relações de gênero se constituem no protótipo de relações hierárquicas”. (p 294) Reflete-se, ainda, o papel do Estado frente o reconhecimento das desigualdades, tal como já citado em exemplos anteriores. São as assimetrias existentes em todos os campos da sociedade que permitem que o papel da mulher seja tão corriqueiramente diminuído, até a beira da destituição do sujeito-mulher, via violência.

4 CONCLUSÃO

Faz-se imperativo, assim, problematizar tais violências. Não as banalizar e lançar mão de dispositivos de análise para compreender os efeitos do que é dito no campo social. Torna-se imprescindível poder pensar na violência contra mulher através da psicanálise para além de aportes psicopatológicos, propondo uma reflexão que seja social, cultural e histórica, ainda que respeitando a importância das constituições subjetivas dos sujeitos. É possível, assim, entender que contexto é este que legitima tais violências e que subjetividades são formadas neste horizonte.

Inúmeros são os desafios e dificuldades em trabalhar com a escuta da violência de gênero e com o enfrentamento desta. Observa-se diretamente os limites das políticas públicas, os efeitos dos discursos políticos e a precariedade dos vínculos sociais. A fragilidade posta em

cena, faz com que seja necessário um investimento constante na construção de novos discursos que venham a substituir e a fortalecer estas mulheres e suas redes. Faz-se o vislumbre de que a escuta psicanalítica, seja no consultório ou nos equipamentos de políticas públicas, possa promover uma nova forma de nomear das violências, objetivando a quebra de um ciclo, desejando que novos significantes possam vir a ser construídos em torno do feminino. Entendendo, pois, que é somente pelo empoderamento destas mulheres que algo poderá vir a se inaugurar em suas vidas: serem sujeitos de valor. Por esta razão, espera-se que as políticas públicas possam ser mais assertivas na disponibilidade aos espaços de escuta, pois são eles condição imperativa para o rompimento das violências, e que, portanto, o Estado não seja mais um a violentar ausentando-se das suas responsabilidades e deveres.

Tais reflexões são necessárias, visto que ainda hoje o recorte que fazemos da clínica psicanalítica privada alcança apenas uma parcela da população, estando contingenciados alguns fatores socioeconômicos que já sabemos produzir exclusão. Reside aí também a importância das políticas públicas, das clínicas sociais e dos serviços escola. Desfazer da condição da saúde mental enquanto produto e consolidar seu estatuto de direito básico, é fator fundamental para que muitas mulheres possam vencer a batalha contra a violência de gênero.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, L. M. (2019) Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: *Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto*. Org: Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

FREUD, S. (1933/1996) Novas conferências introdutórias sobre Psicanálise: Conferência XXXIII: Feminilidade. In: *Obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago. (Edição standard brasileira, 22).

HOMEM, M., & CALLIGARIS, C. (2019) *Coisa de menina?: Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo*. Papirus Editora.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. (2015) Dossiê Violência contra as Mulheres. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/>. Acesso em maio 2023.

KEHL, M. R. (1998) *Deslocamentos do feminino – A mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Rio de Janeiro: Imago.

LIMA, C. M. (2016) "Não aceito": a liberdade feminina e os avessos do discurso. *Correio MAZZI*, C. (2020) *Violência doméstica dispara na quarentena: como reconhecer, proteger e denunciar*. O globo, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus-servico/violencia-domestica-dispara-na-quarentena-como-reconhecer-protger-denunciar-24405355> Acesso em maio 2023.

PAULA, F. & PAIVA, J. (2015) Possibilidades de atuação do psicanalista no Centro de Referência de Assistência Social. *Vínculo*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 41-50, 2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902015000100007&lng=pt&nrm=iso. acesso em maio 2023.

SCARPARO, M. L. D. E., & POLI, M. C. (2008). *Psicanálise e assistência social: uma escuta psicanalítica*. In *III Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental*. Acesso em maio 2023.